

TRILHAS, REFLEXÕES E OBSTÁCULOS NO ÂMBITO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO ENSINO DE HISTÓRIA E DA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR

Carla Renata Vieira Rodrigues¹
João Paulo Viana da Costa²
Adriana Ramos dos Santos³

RESUMO

O artigo possui como objetivo compreender como podemos lidar melhor com as diferenças e promover a Educação Inclusiva dentro das aulas dos componentes de História e Educação Física, dos Anos Finais do Ensino Fundamental, buscando estabelecer propostas pedagógicas que debatam sobre inclusão e visem favorecer o desenvolvimento dos alunos com e sem deficiências, possibilitando práticas inclusivas dentro do chão da sala de aula. Apresentamos uma pesquisa qualitativa do tipo bibliográfica acerca do debate da Educação Inclusiva no nosso país, especialmente, versando acerca desta temática como um projeto de transformação de mentalidades dentro do campo da Educação, bem como utilizando um estudo de caso e experiência exitosa dos professores e seus alunos realizado em uma escola inclusiva da rede municipal de Maracanaú (cidade localizada na Região Metropolitana de Fortaleza) apresentando o papel do professor de sala de aula comum, nos componentes específicos aqui estudados e, estimulando a participação e desenvolvimento pleno de todos os estudantes, respeitando os seus limites e as suas individualidades. Os resultados deste estudo são análises das mudanças de comportamentos existentes entre os alunos estudados ao longo das aulas de Educação Física e História e propostas de atividades que podem ser utilizadas para aprimorar o ensino inclusivo durante as aulas destes componentes, de modo que todos os estudantes tenham voz e visibilidade dentro do processo educativo.

Palavras-chave: Educação, Educação Inclusiva, Educação Física Escolar, Ensino de História.

INTRODUÇÃO

A Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva faz parte de um processo histórico de mudanças nas políticas educacionais. Atualmente, existem vários documentos legais que norteiam a inclusão nas escolas, perpassando todos os níveis de ensino e direcionando a prática dos professores.

¹ Mestra em Ensino de História pela UFRN (2020), Pós-graduada em AEE e Educação Especial pela Faculdade Única de Ipatinga - FUNIP (2020). Graduada em História pela UFC (2010). Professora efetiva de História da Prefeitura Municipal de Maracanaú, Região Metropolitana de Fortaleza-Ceará. E-mail: renatavrevo@yahoo.com.br.

² Pós-graduado em Educação Especial pela Faculdade Única de Ipatinga-FUNIP (2020). Graduado em Educação Física pela Universidade de Fortaleza-UNIFOR (2012). Professor Efetivo de Educação Física da Prefeitura Municipal de Maracanaú, Região Metropolitana de Fortaleza-Ceará. E-mail: viana.costa12@gmail.com.

³ Doutora em Educação pela Universidade Federal do Paraná-UFPR. Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Acre-PPGE/UFAC. E-mail: adriana.santos@ufac.br.

Sendo assim, a escola tem o papel de formar cidadãos capazes de atuar na sociedade de forma crítica e atuante, de modo a exercerem seus direitos e deveres. De acordo com esse processo de formação, cabe aos professores repensar os conceitos de Educação Especial e inclusão. Especificamente, o professor de História e de Educação Física também se tornam agentes de inclusão na escola, pois estão ligados de forma direta a esse processo por ministrarem disciplinas que refletem questões sociais, políticas e econômicas colaborativas na construção da cidadania de todos os alunos.

A partir do exposto, o presente estudo objetiva compreender como o professor pode contribuir para promover inclusão em sala de aula a partir dos componentes História e Educação Física. Além disso, pretende-se interpretar o papel da Educação Física, dentro de um dos seus componentes que é a cultura corporal do movimento, e as possibilidades de intervenção desta disciplina com os alunos de modo a favorecer o combate à introspecção e ao descontrole emocional dos alunos com deficiência e analisar a vivência da Educação Física no contato com esses alunos no processo de construção da sua autonomia.

Trata-se de uma pesquisa qualitativa de natureza bibliográfica acerca da temática inclusiva e do relato de experiências pedagógicas dos autores. Dois dos autores desse trabalho são professores do Ensino Fundamental nos anos finais do Ensino Fundamental, ministrando componentes curriculares diferentes (um ensina História e o outro Educação Física). Há seis anos, integram o corpo de profissionais efetivos da rede pública de Maracanaú (município pertencente à Região Metropolitana de Fortaleza, no Ceará), trabalhando atualmente em uma unidade escolar que possui 888 alunos, nas diferentes etapas de ensino (desde o Fundamental até a EJA), 548 estudantes só no Ensino Fundamental II.

Desse universo, 55 alunos possuem deficiências (intelectuais, auditivas, físicas, visuais, autismo) e com dificuldades de aprendizagem. Devido a essa quantidade considerada de estudantes público-alvo da Educação Especial, a instituição tornou-se uma Escola-polo de surdos, isto é, referência para Educação Inclusiva no referido município. Como diferencial, a instituição disponibiliza atividades extraclasse no contraturno, realizadas nas salas de Atendimento Educacional Especializado (AEE), de acordo com duas especificidades: AEE-PS (pessoa surda) e AEE (que atende todos os outros tipos de deficiência). Essas atividades do AEE são organizadas e efetivadas por uma equipe da Educação Especial que trabalha na instituição escolar.

Nesse contexto, essa equipe assegura o direito à educação, garantindo aos alunos com deficiência o respeito e o cuidado legalmente exigidos. Porém, mesmo com toda atenção conferida ao tema da Educação Especial, ainda se faz necessário buscar mais informação dentro dos nossos componentes curriculares, de modo a despertar o interesse pela temática, a fim de usá-la em nossas aulas, promovendo o combate à exclusão no chão da escola. Isso, porque, como educadores, acreditamos que a construção de valores é algo a ser trabalhado e debatido ao longo do processo formativo e da vida em sociedade de todos os nossos alunos. Para isso, tentamos colaborar com essa possibilidade, especialmente nos anos finais do Ensino Fundamental.

Desse modo, acreditamos que o papel dos componentes escolares perpassa o debate acerca das diferenças e a problematização da sociedade no passado e no presente, tendo em vista o combate à exclusão, uma vez que isso só se efetiva quando há a compreensão de que todos os grupos historicamente excluídos são sujeitos da História e necessitam ter voz e visibilidade, movimento que se inicia por meio do processo educativo e da construção de valores sociais.

Ressalta-se que essa proposta é recente e não resulta de um consenso, mas sim de intensas disputas. Apesar disso, ainda se encontra em vigor o documento intitulado “Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva”, em que se estabelecem parâmetros para a equidade e a tolerância no país, especialmente nas escolas, conforme se observa no seguinte trecho:

O movimento mundial pela inclusão é uma ação política, cultural, social e pedagógica, desencadeada em defesa do direito de todos os alunos de estarem juntos, aprendendo e participando, sem nenhum tipo de discriminação. A educação inclusiva constitui um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis, e que avança em relação à ideia de equidade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola. (PNEEEI, 2008, p.5)

É a partir de uma determinada leitura – fruto de opções políticas aos princípios estabelecidos na Constituição/1988, base para inúmeros documentos– que estamos fazendo este trabalho e o justificando, ao romper com a visão da escola como lugar de reprodução de ideias prontas e com isso mantenedora dos valores que reforçam a desigualdade, o não reconhecimento e a desvalorização da diversidade, além de propagadora de um ensino tradicional bastante ultrapassado, em que o aluno é apenas um elemento passivo do processo de ensino. Para alcançar os objetivos propostos, buscamos referenciais nas pesquisas consolidadas acerca desse tema, principalmente os estudos de Rodrigues (2006), Rodrigues (2010), Mantoan (2003), Breitenbach, Honnef,

Costas (2016), Venâncio (2017), Vatauvuk (1996), entre outros. Tais autores ajudaram a compreender que, como professores, temos que permitir a participação de todos os alunos em nossas aulas, respeitando seus limites para, assim, efetuarmos a educação inclusiva de fato.

Logo, este artigo está organizado a partir desta introdução, seguindo de uma pequena revisão acerca do conceito de Educação Inclusiva. O referencial teórico está contemplado dentro das discussões de autores essenciais para tratar desta temática. Em seguida, temos discussões e proposições dentro das disciplinas de História e Educação Física, finalizando com as considerações finais.

O debate da Educação Inclusiva

Ao pensarmos em Educação Inclusiva, imediatamente vem à nossa mente, na maioria das vezes, pessoas com algum tipo de deficiência e/ou altas habilidades/superdotação. Essa associação tornou-se tão corriqueira na fala de todos que as suas implicações não são tão claras como deveriam. Existe uma associação bastante comum entre a Educação Inclusiva, que em princípio estaria voltada para todos os grupos historicamente excluídos, impedidos do acesso à educação e ao exercício pleno da cidadania, e a Educação Especial, que, conforme a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva/2008, tem como seu público-alvo estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. Como se percebe, são termos diferentes e que, por isso, precisam ser explicitados.

A Educação Inclusiva abrange o público-alvo da Educação Especial, mas não somente, estando relacionada principalmente a todas as pessoas em situação de exclusão que necessitem de educação digna e de qualidade, contemplando diversos públicos. Segundo Breitenbach, Honnef e Costas (2016, p. 367), a Educação Inclusiva:

É muito mais abrangente, e abarca diversos grupos (sujeitos) – afro-brasileiros, camponeses, surdos, quilombolas, deficientes, indígenas, anões, doentes crônicos, menores abandonados, órfãos, ciganos, entre tantos outros – que estão/estiveram fora da escola ou que não tiveram/têm suas necessidades educacionais atendidas na escola.

Todos os grupos acima mencionados devem ser inseridos nas escolas de modo que haja a garantia de uma melhor educação e o combate à exclusão com efetividade. Contudo, em muitos casos, incluindo aqui a legislação do Estado brasileiro, esses dois termos foram e são tratados ainda como sinônimos devido a controvérsias de

interpretação acerca da Declaração de Salamanca, documento de 1994.⁴ Diferentes leituras do documento trouxeram dificuldades para esses públicos excluídos da sociedade que não se encaixam no público-alvo da Educação Especial e que viram ao longo dos anos seu direito à educação desrespeitado e menosprezado.

Nesse sentido, alerta-nos Mantoan (2003, p. 35):

Na visão inclusiva, o ensino diferenciado continua segregando e discriminando os alunos dentro e fora das salas de aula. A inclusão não prevê a utilização de práticas de ensino escolar específicas para esta ou aquela deficiência e/ ou dificuldade de aprender. Os alunos aprendem nos seus limites e se o ensino for, de fato, de boa qualidade, o professor levará em conta esses limites e explorará convenientemente as possibilidades de cada um. Não se trata de uma aceitação passiva do desempenho escolar, e sim de agirmos com realismo e coerência e admitirmos que as escolas existem para formar as novas gerações, e não apenas alguns de seus futuros membros, os mais capacitados e privilegiados.

Em suma, o excerto adverte que, como professores, temos que permitir a participação de todos os alunos em nossas aulas, respeitando seus limites e possibilitando que a inclusão aconteça, para, assim, efetuarmos a educação inclusiva de fato. Isso implica considerar as particularidades dos alunos e atrelar aos percalços existentes no contexto escolar, entre eles despreparo profissional, má formação inicial e falta de recursos pedagógicos e físicos nas escolas. Acreditar na Educação Inclusiva é lutar também contra a exclusão social e, dessa forma, cobrar melhoria de vida dos cidadãos. Por isso, concordamos com Venâncio (2017, p. 60) ao afirmar que:

Pensar em educação inclusiva demanda refletir sobre como tornar possível uma articulação eficaz entre ensino comum e educação especial. Uma articulação assentada na não segregação, no atendimento diferenciado a necessidades específicas, fato que expõe que a equipe escolar terá de ser apoiada e os espaços escolares reorganizados para desenvolver um trabalho administrativo/institucional/pedagógico sensível às diferenças. Não se trata de fechar todos os espaços especializados, mas de convertê-los a uma lógica inclusiva.

Aqui cabe ressaltar que os espaços escolares, em sua maioria, ainda não foram reorganizados para que essa prática aconteça. Faz-se urgente recursos financeiros, contratação de profissionais adequados para as salas de AEE e professores das salas regulares com qualificação adequada, adaptação física dos espaços escolares como mínimo para essa aplicabilidade, além, evidentemente, da disposição para participar desse processo dentro e fora das instituições de ensino.

⁴ Segundo as autoras Breitenbach; Honnef e Costas (2016, p. 362), esse documento disponível hoje na internet é uma segunda versão disponibilizada pelo site do MEC do ano de 1994, visto que a primeira versão do documento não se encontra mais disponível na internet. Ressalta-se que essas versões têm pontos de divergências quanto a interpretações acerca da Educação Inclusiva e Especial.

Por considerarmos a proposta de uma educação inclusiva um princípio fundamental nesse trabalho, escolhemos utilizar o conceito de inclusão de Rodrigues (2006, p.2), o qual afirma que:

O conceito de Inclusão no âmbito específico da Educação, implica, antes de mais, rejeitar, por princípio, a exclusão (presencial ou acadêmica) de qualquer aluno da comunidade escolar. Para isso, a escola que pretende seguir uma política de Educação Inclusiva (EI) desenvolve políticas, culturas e práticas que valorizam o contributo ativo de cada aluno para a construção de um conhecimento construído e partilhado e desta forma atingir a qualidade acadêmica e sociocultural sem discriminação.

Destaca-se a importância da comunicação para a promoção de uma educação inclusiva conforme o que estamos nos propondo. Os membros da comunidade escolar necessitam entender que esse processo de conhecimento construído que o autor nos fala deve ser partilhado com todos e para todos. Sendo assim, é preciso considerar que a prática cotidiana da comunicação nos levará a problematizar sua importância para os indivíduos, inclusive no que se refere à sua vida política. Para isso, é essencial atentarmos-nos que existe uma perspectiva histórica na qual ocorrem mudanças nas características do ato de se comunicar de acordo com o tempo, o espaço e a cultura de cada sociedade.

Reflexões e possibilidades acerca do Ensino de História e a Educação Inclusiva.

Na área do Ensino de História, existem trabalhos acadêmicos recentes a partir de 2000 e em sua maioria voltados para a temática da surdez, divididos em comunicações, artigos, monografias e dissertações⁵. A dissertação defendida na UFRN em 2020, intitulada “Cidadania e Igualdade como Projeto: o Ensino de História em uma Escola Inclusiva”, junta-se a esse corpo de estudos e pesquisadores, de modo a estimular a pesquisa do Ensino de História para todos os sujeitos dentro do contexto escolar.⁶

Ainda são poucas as discussões que articulam o Ensino de História e a Educação Inclusiva, porém o desejo de que tenhamos mais pesquisas associadas à Educação Inclusiva é ininterrupto. Aos professores, cabe tornar possível, pelo menos dentro de sala, por meio do planejamento de atividades didáticas, a comunicação dos alunos.

⁵ Alguns desses trabalhos estarão referenciados ao longo do texto, outros poderão ser vistos e analisados melhor na dissertação de Paulo José Assumpção dos Santos *Ensino de História para alunos surdos em classes inclusivas: práticas e propostas* (2018), presente nas referências ao fim deste artigo, juntamente com mais alguns trabalhos de destaque para este debate.

⁶ Desta dissertação produziu-se um e-book intitulado “A Escrita na História: Propostas para um Ensino Inclusivo” que aborda propostas didáticas voltadas para o (a) professor (a) trabalhar de maneira inclusiva utilizando alguns conteúdos do currículo da disciplina História em sala de aula. Disponível para download gratuito em: <https://drive.google.com/file/d/1KwNFEYNYVW80pT3BB0tvWoKS0J5cvcGU/view>. Acesso em: 26 mai. 2021

Todavia, infelizmente, nem todos os profissionais possuem formação para esse contato diário com os estudantes com deficiência.

Na prática pedagógica de um dos autores desse trabalho, é muito comum a realização de trabalhos em grupos com a finalidade de debater determinados assuntos; seminários elaborados pelos próprios alunos e expostos em sala de aula. Uma das atividades de destaques é a apresentação do alfabeto da Libras pelos alunos surdos aos demais estudantes, para que depois tentem se comunicar por meio da língua, inclusive na exposição de suas temáticas.

Momentos como esse proporcionam interação entre todos, sobretudo quando há parceria com os professores do AEE para atividades inclusivas em projetos da escola (que podem envolver alunos com e sem deficiência). Por conseguinte, essas ações cooperam para uma relação dialógica entre os alunos. Mais que isso, favorecem para esse paradigma de segregação diminuir, pois estimulam práticas de comunicação e integração que valorizam as diferenças e promovem o respeito, a solidariedade e a empatia, atitudes/valores que devem ter espaço cada vez maior no chão da sala de aula.

Existem possibilidades a serem exploradas para que o Ensino de História auxilie no combate à exclusão, promovendo respeito a partir de uma aprendizagem significativa, de modo a desenvolver nos alunos uma cidadania crítica. Entre elas, temos: o uso de imagens em associação com palavras escritas em língua portuguesa. Em nossa escola, por meio de estudos e orientações de profissionais do AEE, além de diálogos com os intérpretes de Libras, alguns docentes fazem uso de recursos diferenciados para trabalhar com alunos com deficiências, melhorando a comunicação com os estudantes. Exemplo disso: utilizamos perguntas objetivas ao invés de subjetivas para os surdos durante as atividades avaliativas; durante os planejamentos, há socialização entre professores e intérpretes dos conteúdos mais complexos (como é o caso de Química, Física e História, disciplinas cujos profissionais, muitas vezes, necessitam criar sinais para determinados temas que não existem na Libras).

Existe ainda a sinalização e efetivação de provas de História, Ciências e Língua Portuguesa em Libras, que são previamente gravadas em vídeo e realizadas pelos alunos no laboratório de informática da escola. A elaboração desses instrumentos avaliativos diferenciados constitui um projeto permanente e faz parte de uma demanda escolar particular, tendo em vista a sua especificidade de escola-polo de surdos, conforme a lei determina.

Os professores da sala regular das disciplinas acima, em parceria com o AEE, fazem esse trabalho coletivo para que os surdos possam fazer suas avaliações bimestrais em sua língua materna. Além disso, também temos as atividades diferenciadas destinadas a alunos com autismo e alunos com necessidades específicas, que são entregues durante as aulas de cada professor e têm a assessoria do AEE para que possam ser executadas.

Evidentemente, essas atividades levam em consideração a realidade que cada discente traz para o ambiente escolar, porque, além do público-alvo da Educação Especial, temos mais alunos com necessidades específicas que devem ser contempladas durante as aulas com diversos tipos de atividades. Porém, não se trata somente disso, pois, mesmo aqueles que não são público-alvo da Educação Especial beneficiam-se de estratégias diferenciadas que permitem desenvolver distintas habilidades e competências; isto é, uma aprendizagem diversificada.

Para isso, é primordial uma abordagem que invista na utilização de diferentes recursos didáticos, uma vez que os estudantes atuais, vindos de uma cultura digital e cada vez mais rápida (com relação a relacionamentos, imagens, notícias), não são cativados com propostas de aula em que só escutam passivamente, sem participarem de forma efetiva do processo de ensino-aprendizagem. Então, o importante, nesta etapa, é explicitar a utilização de múltiplas estratégias para promover a construção de conhecimento significativo. Especificamente, de modo a proporcionar essa experiência aos alunos, é essencial utilizar todos os recursos disponíveis, a fim de produzir criticidade e valorização da diversidade em sala de aula.

Deve-se ter em mente, contudo, que esses recursos são utilizados no processo de ensino-aprendizagem de maneira conjunta com os livros didáticos e a contextualização dos profissionais competentes, de maneira a produzir a construção do conhecimento, não apenas a comunicação em si. Construir, junto com o aluno, o conhecimento a partir da comunicação efetiva entre a escola e os educandos. Sozinhos, esses meios não são responsáveis pela resolução dos problemas existentes nas escolas, no entanto, bem trabalhados em sala contribuem para termos bons resultados.

Ademais, a utilização de metodologias diversificadas torna-se basilar para o ensino-aprendizagem na História eficiente e completo, de modo a atingir todos os alunos, com deficiências ou não. Sendo assim, é essencial entender que a História produzida nas escolas deve ter relação com o cotidiano dos estudantes, sobretudo, deve ser problematizada a partir dos conhecimentos que eles mesmos nos trazem. Ou seja,

essas informações precisam estar fundamentadas com base na visão de mundo desses discentes. Por conseguinte, as narrativas associadas a esse conhecimento serão vivenciadas pelos estudantes via experiência própria e prática da disciplina no dia a dia.

Reflexões e propostas de intervenção para a disciplina de Educação Física Escolar

No que diz respeito à Educação Física Escolar, tem-se o projeto “Cultura Corporal e Inclusão”, desenvolvido na escola na qual os autores atuam e se encontra em andamento há cinco anos. O objetivo do projeto é modificar a relação dos alunos público-alvo da Educação Especial com os demais estudantes sem deficiência, de modo a aprimorar o desenvolvimento de todos nos aspectos psicomotores e sociais. A iniciativa vem tendo êxito na medida em que acreditamos que é preciso refletir como podemos mudar nosso olhar em relação à Educação Inclusiva em diferentes contextos e disciplinas, a fim de incluir todos os alunos no convívio social e educativo dentro do chão da escola em várias disciplinas específicas.

A proposta surgiu do interesse em investigar as contribuições da Educação Física usando a cultura corporal do movimento para a formação e desenvolvimento do aluno na visão integral do ser. Especificamente, pretende-se realizar um levantamento e análise das formas de atuação das práticas corporais utilizando a teoria e a prática na escola, além da criação e manutenção de diversas atividades para o desenvolvimento dos alunos. Como problemática, tem-se a pergunta: no contexto escolar, como as práticas corporais influenciam os alunos com deficiência nas aulas práticas e teóricas de Educação Física?

No que se refere a esse assunto, Daolio faz algumas colocações sobre o termo cultura relacionado à Educação Física com base na análise de abordagens pedagógicas de alguns autores contemporâneos, evidenciando que em todo o fazer pedagógico há um conceito implícito ou explícito de cultura. Para este autor, “é possível perceber a utilização da expressão “cultura” acompanhada de termos como “física”, “corporal”, “de movimento”, “corporal de movimento” e outros. Entretanto, essa utilização aparece de forma superficial, por vezes incompleta ou de forma reducionista” (DAOLIO, 2004, p. 13).

Com isto, devemos entender que a atividade física não é somente um movimento pelo movimento, mas abrange a consciência corporal como um todo; sendo assim, podemos acompanhar e aplicar com os alunos com deficiência uma atividade corporal diversificada e analisada de acordo com cada especificidade apresentada pelos mesmos estudantes. Não podemos, como o autor afirma, acreditar que essa cultura corporal seja

igual para todos; pelo contrário, devemos acompanhar os alunos de maneira individual e, assim, fazer atividades dentro do contexto do componente curricular, a fim de incentivar seus movimentos conforme com suas características particulares.

Como para qualquer outro indivíduo, a atividade física pode proporcionar aos alunos com deficiência uma melhora significativa de sua vida, por meio de substâncias liberadas no decorrer da execução das atividades. Por isso, deve-se realizar um acompanhamento consoante o desenvolvimento do aluno para melhor elaborar atividades ou métodos de ensino-aprendizagem. Além disso, Vatauvuk (1996) ressalta que o local da atividade física pode ser aberto, porém alguns cuidados são importantes como: 1) evitar estímulos visuais ou auditivos para não distrair o aluno e, assim, perder interesse pela atividade; 2) utilizar recursos para que o aluno compreenda o início e o fim das atividades, de modo a executá-la com maior êxito; e 3) no fim de cada exercício, abrir um intervalo para que ele possa fazer algo do seu interesse.

Retomando sobre a importância do projeto desenvolvido na escola-polo, a sua relevância pauta-se na falta de conhecimento acerca do trabalho realizado pela Educação Física na escola e seus componentes; especificamente, o que pode ser melhorado por essas práticas com os alunos com deficiências, mostrando assim as evoluções provocadas e percebidas nessas atividades. A partir do projeto, queremos evitar os estudantes deixem de conhecer os benefícios que as práticas corporais de movimento podem fazer para o seu desenvolvimento na escola e na sua vida como um todo.

Sendo assim, acreditamos que a inclusão não deveria ser apenas discutida, mas implantada de maneira completa e sistemática para melhor atender a clientela de alunos de modo geral. Alves (2002 *apud* FARIAS, MARANHÃO E CUNHA, 2008) ressalta que uma educação inclusiva deve oferecer qualidade, e não apenas quantidade, de maneira que os alunos se inteirem dos conhecimentos do mundo e dos diversos modos criativos que hoje devem ser usados como estratégias de ensino para todos.

Como já ressaltamos anteriormente com a fala de Mantoan (2003), temos que entender que as práticas dentro das escolas devem ser modificadas de acordo com os limites de cada aluno. Desse modo, a Educação Física precisa adequar-se a esse sistema, colaborando para a inclusão de maneira efetiva e possibilitando a todos os alunos o contato com as práticas corporais e a movimentação dos seus corpos de acordo com as próprias especificidades.

Para que essa realidade pudesse se efetivar dentro da nossa escola, foi necessária uma adequação do projeto às aulas teóricas e práticas da referida disciplina escolar. Dessa forma observamos os benefícios obtidos por meio da relação existente entre a Educação Física e a Inclusão Escolar nos estudantes dentro do processo de ensino-aprendizagem a partir de uma avaliação feita nas turmas – pelo professor, pelos colegas e pelo próprio aluno – que esses alunos encontram-se matriculados, visando avaliar a evolução de cada aluno.

De acordo com Tomé (2007) – autor que possui suas pesquisas com foco no Autismo –, a implantação da Educação Física no ensino dos alunos com deficiência, favorece o desenvolvimento de habilidades sociais e possibilita uma melhora na qualidade de vida desses sujeitos. No entanto, para uma atividade eficaz na aprendizagem, é necessário conhecer cada aluno de maneira individual, sabendo dos seus interesses, de suas habilidades motoras e de suas capacidades comunicativas.

Metodologicamente, a abordagem de estudo para efetivação do projeto consistiu, primeiramente, na aplicação em sala de aula de um questionário para que os alunos respondessem acerca do comportamento atitudinal dos colegas com deficiências durante as aulas de outras disciplinas. O intuito era que, posteriormente, pudéssemos fazer um paralelo com o desenvolvimento que esses estudantes apresentavam nas aulas de Educação Física.

Também realizamos uma pesquisa junto ao AEE (Atendimento Educacional Especializado) sobre a quantidade de alunos com deficiências que estão matriculados nas séries do Ensino Fundamental II, com o objetivo de perceber o tipo de deficiência que cada aluno apresenta. Realizamos ainda uma análise dos alunos envolvidos e o seu desenvolvimento nas situações práticas, seguindo alguns aspectos: as relações sociais e afetivas (interacional), a assimilação cognitiva (atividades direcionadas a cada aluno com e sem deficiência com relação as suas características específicas) e psicomotricidade (aspectos no desenvolvimento motor: lateralidade, coordenação, comportamento, relação social entre outros aspectos analisados). Isso colabora para entender o contexto dos nossos estudantes e realizar uma prática mais individualizada, possibilitando a inclusão para todos os estudantes.

A partir disso, constatamos que os alunos envolvidos ao longo dos anos letivos tiveram um aumento na aprendizagem e desenvolvimento considerável nas aulas, com mudança nas suas posturas e hábitos dentro e fora da sala de aula durante as teorias e práticas, conseguindo apropriar-se de conceitos teóricos estudados a partir da utilização

de diversos aspectos, tais como: leitura de texto, pinturas, desenhos e uma série de atividades adaptadas acerca das temáticas trabalhadas em sala de aula. E, no contexto da prática como vetor inicial para desenvolvimento de habilidade e competências, foram feitas atividades físicas adaptadas durante as práticas das aulas.

Assim, percebemos que a escola e os alunos cresceram em conhecimento corporal e apresentaram uma consciência integral do ser, possibilitando novas percepções do corpo e da vida, de modo a adquirir a compreensão para responder as mais diversas questões por meio das práticas corporais e do respeito às diferenças. A partir desse projeto, colocamos em prática o que nos dizem Bezerra e Manzini (2011, p. 593):

A Educação Física enquanto componente curricular se vê na perspectiva não somente de garantir a participação do aluno com deficiência nas aulas, mas também possibilitar desenvolvimento de suas potencialidades amparadas na cultura corporal de movimentos. Vê-se, nessas vivências, a oportunidade de emancipação humana de todos os envolvidos como sujeitos históricos ativos e influentes nos diversos ambientes em que participam.

Consoante ao pensamento dos autores, inferimos que a cultura corporal de movimentos deve ser colocada em prática, de modo a proporcionar inclusão ao longo das aulas práticas desse componente escolar com a finalidade de encontrarmos o princípio de educação de qualidade para todos. Para isso, alguns fatores são primordiais, tais como: adequação do ambiente da sala de aula e da quadra das escolas; observação do material que deverá ser utilizado (cones, bolas etc.); preocupação com o deslocamento dos alunos para a aula prática com momentos de observação do ambiente escolar; e exploração do ambiente previamente onde o professor pode propor novas estratégias didáticas e preparação de aulas mais dinâmicas, considerando o saber prévio dos estudantes. Bem como, o professor como o mediador das estratégias de ensino inclusivo na Educação Física Escolar, e cabe a ele adaptar jogos e circuitos de movimentos de acordo com as habilidades que ele planejou para tornar a sua aula mais inclusiva e propiciar um excelente convívio entre os alunos. Garantir que os alunos com deficiência tenham possibilidades de estar integrados da melhor maneira possível e fazer a conscientização para que eles possam ser trabalhados de forma igualitária dentro das suas diferenças é o que acreditamos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir deste trabalho, inferimos houve uma ampliação do debate dentro do Ensino de História e da Educação Física Escolar sobre a temática e como essas disciplinas podem ser de fato colocadas em prática quando falamos em inclusão. Isso,

pois entendemos que não basta incluir, mas sim promover mecanismos para que as diferenças sejam aceitas pela comunidade escolar, proporcionando um trabalho que envolva de fato o coletivo, tanto no que diz respeito à infraestrutura, quanto às ideias e práticas existentes nas escolas.

Por isso, é necessário compromisso com o trabalho coletivo, sobretudo preparo, incluindo formação acerca de temas e planejamento prévio de atividades que possam ser realizadas por cada componente curricular. Além disso, é imprescindível, também, melhor qualificação de profissionais, adaptação de escolas, compromisso do Poder Público na efetivação da educação inclusiva e a conscientização de alunos acerca da importância de valorizar as diferenças e pluralidades existentes dentro do ambiente escolar. Nessa perspectiva, a inclusão será, continuamente, a escolha por uma educação mais democrática, diversificada e adequada ao ambiente social, como também a colaboração para desconstruir paradigmas e priorizar a cidadania plena dos indivíduos, movimento sem o qual não alcançaremos uma cultura livre de preconceitos.

Essa busca constante por contribuir na construção desse espaço de conhecimento coletivo, que respeite e valorize as diferenças, é o que nos move e constitui a base para este artigo.

REFERÊNCIAS

BEZERRA, A. F. S.; MANZINI, E. J. Momento inicial das aulas de Educação Física: estratégias para o ensino inclusivo de alunos com deficiência. *In: Encontro da Associação Brasileira de pesquisadores em Educação Especial*, 7., 2011, Londrina. **Anais [...]**. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, p. 593-605.

BRASIL. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC/SEESP, 2007.

BRASIL. Constituição Federal de 1988. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 13 jan. 2020.

BREITENBACH, F. V.; HONNEF, C.; COSTAS, F. A. T. Educação Inclusiva: as implicações das traduções e das interpretações da declaração de Salamanca no Brasil. **Ensaio: aval, pol, públ, Educ.**, Rio de Janeiro, v.24, n. 90, p. 359-379, abr./jun. 2016.

DAOLIO, J. **Educação Física e o conceito de cultura.** Autores associados, 2004.

LACERDA, C. B. F. de. A inclusão escolar de alunos surdos: o que dizem alunos, professores e intérpretes sobre esta experiência. **Cad. Cedes**, Campinas, v. 26, n. 69, p. 163-184, mai./ago. 2006. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 6 jan. 2020.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003 – (Coleção Cotidiano Escolar).

RODRIGUES, D. Dez ideias (mal) feitas sobre a Educação Inclusiva. *In: RODRIGUES, D. (Org.). **Inclusão e Educação: doze olhares sobre a Educação Inclusiva.** São Paulo: Summus Editorial, 2006.*

SANTOS, P. J. A. dos. **Ensino de História para alunos surdos em classes inclusivas: práticas e propostas.** Rio de Janeiro. 2018. 146f. Dissertação (Mestrado em Ensino de História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

TOMÉ, M. C. A educação física como auxiliar no desenvolvimento cognitivo e corporal dos autistas. **Movimento & Percepção**, São Paulo, v. 8, n. 11, p. 231 - 248, dez. 2007. Disponível em: https://www.toledo.pr.gov.br/sites/default/files/autista_0.pdf. Acesso em: 24 set. 2015.

VATAVUK, M. C. **Ensinando Educação Física e indicando exercício em uma situação estruturada e em um contexto comunicativo: foco na interação social.** Congresso Autismo – Europa, Barcelona, 1996.

VENÂNCIO, A. C. L. **Grupos de apoio entre professores e a inclusão: uma reflexão sobre a reinvenção das práticas de docência a partir da ênfase no ensino colaborativo.** Curitiba: UFPR, 2017.